

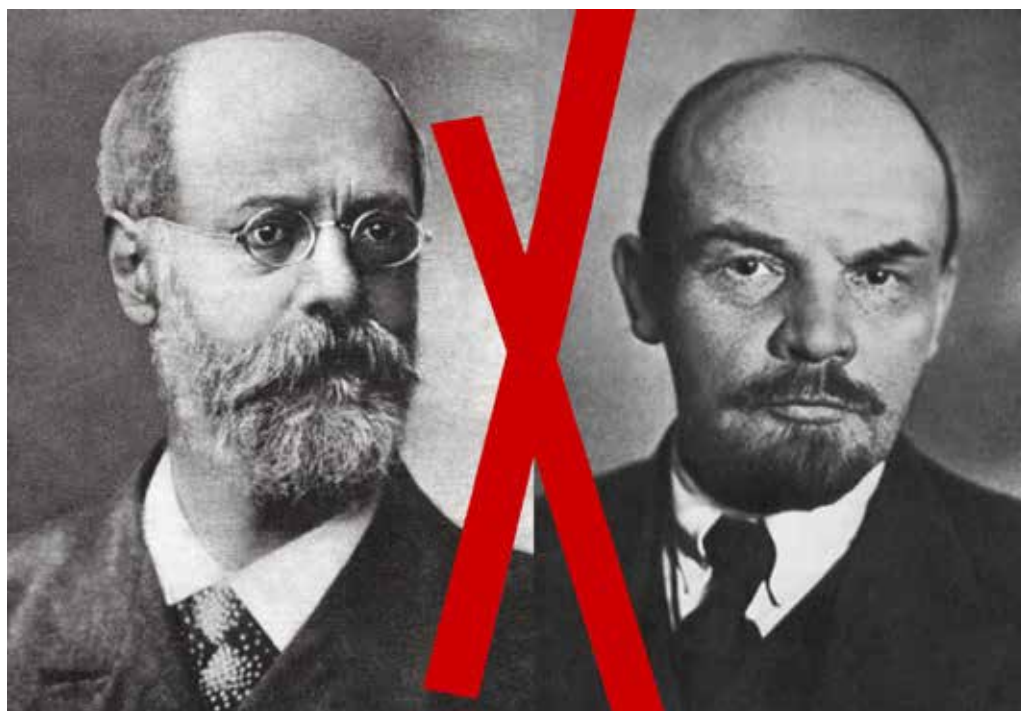
O debate marxista sobre o imperialismo pós-II Guerra Mundial

The Marxist debate on imperialism after the Second World War

CAIO BUGIATO*

TATIANA BERRINGER**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.008>



A teoria marxista do imperialismo tem sido debatida e desenvolvida há pelo menos um século. Uma das principais divergências ocorreu entre Karl Kautsky (esq.) e Vladimir Lênin (dir.)

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.008>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o debate marxista sobre o imperialismo após a II Guerra Mundial. Para isso foram revisitados os escritos de Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas. O pano de fundo é a internacionalização produtiva e a aliança militar entre os Estados Unidos e a Europa. O debate entre os autores inscreve e/ou retifica as teses e polêmicas entre Lênin e Kautsky sobre o imperialismo à luz das transformações na economia política internacional após o segundo grande conflito do século XX. Acreditamos que os escritos sistematizados contribuem para compreender o imperialismo como um conceito chave para a análise da política internacional contemporânea, especialmente quando se tem em vista o debate sobre o imperialismo estadunidense, os conflitos interimperialistas e o papel das organizações internacionais.

Palavras-chave: Teoria. Relações internacionais. Marxismo. Imperialismo. Conflito. Cooperação.

ABSTRACT

This article aims to present the Marxist debate on imperialism after the Second World War. In order to do that that we revisited the writings of Harry Magdoff, Ernest Mandel and Nicos Poulantzas. The background is the internationalization of production and the military alliance between the United States and Europe. The debate between the authors inscribes and/or rectifies the theses and polemics between Lenin and Kautsky on imperialism in the light of the transformations in international political economy after the second great conflict of the twentieth century. We believe that the systematized writings contribute to understanding imperialism as a key-concept for the analysis of contemporary international politics, especially when we have in mind the debate on US imperialism and inter-imperialist conflicts and the role of international organizations.

Keywords: Theory. International relations. Marxism. Imperialism. Conflict. Cooperation.

1. INTRODUÇÃO

A teoria marxista do imperialismo tem sido debatida e desenvolvida há pelo menos um século. Seu debate inaugural se deu com Lênin (2013), Bukharin (1986), Kautsky (2008) e Luxemburgo (1985)¹, no calor da eclosão da I Guerra Mundial, e desde então há inúmeros avanços e retomadas daquelas teses. A principal divergência ocorreu entre Lênin e Kautsky, e, para a finalidade deste artigo, precisa ser exposta resumidamente aqui. Para Lênin (2013), a exportação de capitais toma grandes proporções em um contexto mundial em que as classes dominantes estão divididas em formações sociais nacionais, cujo poder é representado pela força dos seus respectivos Estados. Esse processo gera tanto o desenvolvimento desigual entre Estados imperialistas, colônias e Estados dependentes como a rivalidade entre os primeiros. Assim, a tese é que o imperialismo tem como tendência as guerras intercapitalistas. Nesse sentido, Lênin sustenta a inevitabilidade das guerras enquanto perdurar o capitalismo, especialmente porque haveria uma disputa por controle de mercados e acesso às matérias-primas, além do interesse pela manutenção da taxa de lucro e a necessidade de exportação de capitais. Já Kautsky (2008) entende que o drama da guerra permite aos capitalistas enxergarem maiores possibilidades de obtenção de mais-valia a partir de uma fase que evite o confronto bélico. Seria então possível transformar a política do imperialismo em uma política de aliança entre os Estados imperialistas, conformando o ultraimperialismo². Essa é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista (por não haver mais nesses conflitos sentido para a exportação e acumulação de capital) e se reúnem numa federação. Essa federação seria uma cartelização da política externa, derivada de uma aliança entre os Estados imperialistas e suas classes dominantes, com objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação da burguesia em seus Estados nacionais e sobre a periferia.

A perspectiva de Lênin teve maior incidência no debate marxista, tanto no campo teórico quanto na prática política, durante a primeira metade do século XX — e em alguns casos se estendeu além desse período. Contudo, após a II Guerra Mundial, com o surgimento de uma única grande potência no mundo capitalista, a teoria leninista acabou sendo questionada e revista por importantes teóricos marxistas. Tal debate se deu entre Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas, além de outros. Esses três autores marxistas escreveram nos anos 1960 e 1970 artigos e livros sobre a teoria do imperialismo, tendo como pano de fundo as mudanças nas relações de produção e nas relações entre os Estados metrópoles e os Estados dependentes sob o domínio dos Estados Unidos. Para trazer à tona neste artigo os pontos mais importantes de suas vastas obras, guiamo-nos pela seguinte pergunta: qual a relação entre os Estados imperialistas na atual fase do capitalismo e qual o papel das organizações internacionais ou regionais? No debate entre esses autores aparecem questões relevantes para entender a política internacional. Por isso, resgatá-los pode ser uma tarefa importante em um momento em que há fortes transformações na estrutura de poder internacional em função do fortalecimento da presença do Estado chinês e das rivalidades sino-americanas.

¹ Sobre as teorias e debates inaugurais, os autores mencionados a seguir como sistematizadores apresentam boas explicações em seus livros. Especificamente sobre o debate entre Kautsky e Lênin, ver Bugiato (2017).

² Para que não se confundam as denominações ao longo do texto, note-se que o que Kautsky chama de *ultraimperialismo* é o que Mandel chama de *superimperialismo*, que é também a concepção de Magdoff. Já o que Mandel chama de *ultraimperialismo* é algo distinto, que se aproxima da definição de *império* de Hardt e Negri (2001).

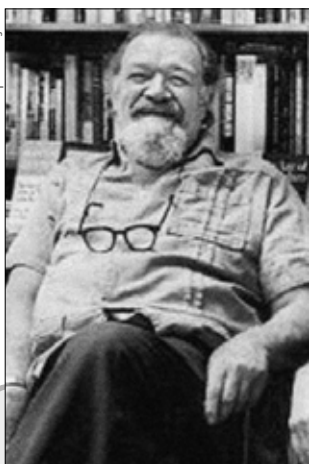
Diante disso, o objetivo neste artigo é sistematizar esse debate, tendo em vista que ele não aparece em importantes obras no campo marxista que tratam do tema em questão, como as de Barone (1985), Brewer (1990), Noonan (2017), Osório (2018) e Kiely (2020). Estas, ao tratar da história da teoria marxista do imperialismo curiosamente se referem às contribuições da teoria do sistema-mundo ou da teoria de dependência, ou as destacam, para interpretar as relações internacionais após a II Guerra Mundial, ignorando ou apenas mencionando de passagem o debate que se encontra a seguir. Além de situar esse debate *vis-à-vis* o debate inaugural da teoria marxista do imperialismo, procuramos demonstrar seus pontos de convergência e divergência. Para tal, cada uma das três seções a seguir é dedicada a um dos autores marxistas selecionados e posteriormente apresentamos considerações finais com comparações entre eles. E, de um ponto de vista mais geral, este texto demonstra a riqueza e a pertinência do marxismo para as Relações Internacionais, apesar de obscurecido.

2. HARRY MAGDOFF E O SUPERIMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

De acordo com Magdoff³ (1972; 1979), o imperialismo estadunidense resulta da estrutura do sistema colonial anterior à I Guerra

Após a II Guerra Mundial, com o surgimento de uma única grande potência no mundo capitalista, a teoria leninista acabou sendo questionada e revista por importantes teóricos marxistas. Tal debate se deu entre Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas, além de outros. Esses três autores marxistas escreveram nos anos 1960 e 1970 artigos e livros sobre a teoria do imperialismo, tendo como pano de fundo as mudanças nas relações de produção e nas relações entre os Estados metrópoles e os Estados dependentes sob o domínio dos Estados Unidos

³ O estadunidense Harry Magdoff foi coeditor da revista marxista *Monthly Review* e suas ideias têm muita afinidade com as teorias de Paul Baran e Paul Sweezy. Em suas análises da política externa dos EUA no pós-guerra, mais empíricas do que teóricas, reúne um rico material sobre a conquista de mercados externos e a importância destes para a economia estadunidense.



Harry Magdoff



Ernest Mandel



Nicos Poulantzas

Mundial, que deu base à estrutura de dependência e da dominação dos centros sobre as periferias. A principal diferença entre esses dois momentos é que na atualidade teria se formado uma rede ou sistema imperialista que adaptou a estrutura econômica das ex-colônias ao papel de apêndice das metrópoles: “A formação de preços, a distribuição da renda e a alocação dos recursos evoluíram com a ajuda do poder militar e das forças cegas do mercado, de modo a reproduzir continuamente a dependência.” (MAGDOFF, 1979, p. 120) O capitalismo é, portanto, um sistema de poder mundial. O autor defende a tese de que a dependência é uma relação econômica, política e social, que não se realiza apenas através da relação entre Estados dominantes e Estados dominados, mas está ligada às práticas das classes dominantes nos países dependentes, cujos interesses estão atrelados às forças estrangeiras. De tal forma que elas sustentam e reproduzem as relações assimétricas, constituindo um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento das formações sociais periféricas.

O capitalismo como sistema mundial é em sua natureza inerentemente expansionista, ou seja, a burguesia dominante dos Estados centrais tende a operar em escala mundial, uma vez que no interior das formações sociais há pressões competitivas, e os progressos técnicos e os desequilíbrios recorrentes entre produção e demanda criam tensões para a expansão do mercado. No período do imperialismo sem colônias (após a II Guerra Mundial), a exportação de capital é operacionalizada pela empresa monopolista; é muito mais elevada do que na época anterior, pois mais empresas atuam em um maior número de países. Além disso, os EUA são os principais exportadores de capitais.

Magdoff afirma que o advento da empresa monopolista (no capitalismo monopolista, diferente da fase que o precedeu, o capitalismo concorrencial do século XIX) não significa o fim da concorrência, mas sua elevação a um novo nível: operando em escala mundial para assegurar a existência e o crescimento dos lucros, os arranjos para dividir mercados e/ou a luta competitiva entre empresas gigantescas, apoiadas em seus Estados nacionais que caminham do protecionismo para a militarização, se estendem para grande parte do planeta. Vale ressaltar então que os monopólios não estão em desacordo com o sistema de Estados e a rede imperialista, mas sim que representam a simbiose do capital monopolista com o Estado do seu país de origem.

Após a II Guerra Mundial, através de bases militares e apoio militar direto, as classes dominantes locais mantêm a dependência para com o imperialismo, a despeito da independência política (formal). Em alguns casos, as próprias forças armadas das formações sociais dependentes cumprem essa função. Ademais: o suposto arrefecimento das rivalidades interimperialistas teria tido como fator de unificação dos Estados centrais as ameaças de libertação nacional e revoluções socialistas inauguradas com a Revolução Russa. Assim, a ascensão dos EUA como maior força econômica, política e militar implicou a conquista de capacidade, em um momento oportuno, para organizar e dirigir a rede imperialista. Segundo o autor:

Fundamental para o período do imperialismo sem colônias é o novo papel dos Estados Unidos. O despedaçamento de outros centros imperialistas em seguida à II Guerra Mundial e o surgimento concomitante de fortes movimentos revolucionários geraram a necessidade urgente dos Estados Unidos de restaurar a estabilidade do sistema imperialista e de aproveitar a oportunidade de progredir em interesse próprio (MAGDOFF, 1979, p. 123).

A expansão do sistema imperialista estadunidense contou com o apoio do Estado em financiamento de tecnologia avançada, impulsionada pelo setor militar, como energia atômica e comunicação por satélite, assim como com as novas formas de transportes e de produção cultural, baseada no cinema hollywoodiano. A política externa dos Estados Unidos, expansionista e agressiva, teria por objetivo, direta ou indiretamente, controlar a maior extensão possível do planeta, visando manter a abertura ao comércio e aos investimentos das grandes empresas estadunidenses. Abrir e manter a “porta aberta” requer vigilância constante, força e persistência para controlar e influenciar a política e a economia dos Estados dependentes, de modo a assegurar a reprodução do capital. A rede imperialista é, portanto, operacionalizada por um grupo de empresas gigantes dos EUA, que dominam uma vasta parte dos mercados mundiais — apesar de terem suas atividades majoritariamente destinadas à Europa e ao Canadá. Além da posição dominante no comércio e de seus monopólios industriais, contam com a imposição do dólar como meio internacional de pagamento, de crédito e de reservas e com uma rede bancária largamente internacionalizada, associada à expansão do comércio e da indústria.

Uma vez que o colonialismo se tornou difícil de praticar, os EUA puseram em funcionamento outras práticas — tradicionais, novas e não tão novas — de exploração e dominação, que podem variar desde a ocupação militar até técnicas sutis de influência, a depender das circunstâncias e das ações dos dirigentes políticos e militares. Referenciando-se em Rosa Luxemburgo, segundo a qual o imperialismo implica necessariamente o uso da força militar para a reprodução do capital, Magdoff (1979) constata que o desenvolvimento em geral de tecnologia, logística e táticas militares — instalação de bases militares no exterior, intervenções e ocupações militares etc. — na política externa dos Estados Unidos é o pilar do controle e da influência desse Estado no sistema mundial. No âmbito econômico e político-ideológico, o autor cita a constituição de acordos comerciais preferenciais, de blocos econômicos e do sistema de organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), por meio das quais a diplomacia dos EUA exerce papel dirigente nos rumos da economia e da política no capitalismo mundial. Além disso, os Estados Unidos passaram a utilizar amplamente em política externa o que Magdoff (1972) denomina auxílio ao estrangeiro, um procedimento

Vista da Praça da Revolução em Havana, Cuba. Nas décadas de 1960 e 1970, a superioridade estadunidense teria sido desafiada pelas experiências socialistas e pelas lutas de libertação nacional (Cuba é um grande exemplo)



Brigida Soriano/Depositphotos

de cooperação internacional que consiste em conceder donativos, empréstimos, consultoria, treinamento etc. a países, com a finalidade geral de manter a “porta aberta”, governos aliados no poder e evitar revoltas, revoluções e o auxílio soviético. Nos casos em que existiram ameaças ou bloqueios ao controle indireto, os EUA promoveram contrarrevoluções. O que significa: pôr em prática programas políticos e militares, por meio de financiamento de campanhas eleitorais, golpes de Estado, assistência militar e treinamento de quadros das forças armadas locais; conquistar livre acesso ao mercado interno; obter condições jurídicas para o capital estrangeiro poder atuar, bem como evitar sua expropriação, sua discriminação e a interferência na propriedade e na gerência dele; e tornar dependentes do mercado dos EUA os países beneficiários, mediante empréstimos que, acarretando dívidas, perpetuam a sujeição dessas nações aos auxílios estadunidenses. Por vezes, tal “cooperação” é realizada sob os auspícios de organizações internacionais, assim as imposições dos EUA parecem mais sutis. Por trás dessas práticas, pairam as operações da Central Intelligence Agency (CIA).

Para o autor, o domínio estadunidense é incontestável. Ainda que indique de passagem (MAGDOFF, 1972), ao discorrer sobre a configuração do capitalismo mundial, que o capitalismo estadunidense admite a concorrência (econômica) de capitais de outros centros (Europa), afirma que ele exerce supremacia política e militar. Para Magdoff, no sistema imperialista existe uma força centrípeta que amarra os países centrais aos EUA. Assim, com novas e velhas práticas, os Estados Unidos exercem a supremacia econômica, política e militar nas relações internacionais, configurando o império estadunidense, o que indica filiação à tese do ultraimperialismo, de Kautsky.

3. ERNEST MANDEL E A PERMANÊNCIA DAS RIVALIDADES INTERIMPERIALISTAS

Segundo Mandel⁴ (1967; 1982; 2009), o imperialismo estadunidense toma corpo em um período que ele denomina capitalismo tardio, que é uma etapa da fase monopolista ini-

⁴ Economista belga, Ernest Mandel foi um estudioso da economia política, uma das principais referências do movimento trotskista e dirigente da IV Internacional.

ciada na virada do século XIX para o XX. Esta se distingue do capitalismo concorrencial e se subdivide em duas fases: a clássica e a atual. O momento atual corresponde ao capitalismo tardio e se inicia com a terceira revolução tecnológica, de 1940 a 1945, tendo como base os monopólios e a internacionalização produtiva. A concentração/centralização e exportação de capital, segundo o autor belga, são determinadas pela caça ao superlucro tecnológico, que é a busca pelo lucro extraordinário em um contexto de inovações tecnológicas que elevam a demanda. Ademais, o capitalismo tardio também consiste em uma economia permanente de guerra: medidas políticas, diplomáticas e militares dos Estados imperialistas servem como estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas e contribuem para a remoção dos obstáculos à exportação de capital. Tal expansionismo é a expressão da característica inerente ao modo de produção capitalista, o chamado desenvolvimento desigual e combinado: o capital e as relações socioeconômicas e políticas que ele envolve tendem a tomar e moldar as regiões do planeta, aglutinando todos os países em uma unidade orgânica hierarquizada. Essa unidade congrega centros e periferias, sendo que aqueles centros — capitalistas avançados — dominam e exploram estas — capitalistas dependentes — e obstaculizam seu desenvolvimento.

Nas décadas de 1960 e 1970, a superioridade estadunidense teria sido desafiada pelas experiências socialistas e pelas lutas de libertação nacional (Cuba é o grande exemplo). Então, temendo deserções no campo capitalista, a estratégia estadunidense foi restaurar e reforçar na década de 1960 o poder econômico da Europa e do Japão. Esse processo foi também resultado de uma necessidade econômica inerente ao capitalismo estadunidense. Sua economia, dominada por monopólios exportadores de capitais, segue a lógica pela qual, em geral, a exportação de capital ocorre em função da concorrência. Primeiramente compete com um concorrente nacional, depois alcança escala internacional e, por fim, avança para a luta contra os concorrentes estrangeiros. Mandel (2009) relata a superioridade das empresas monopolistas dos EUA, que logram grandes avanços tecnológicos em função dos subsídios que recebem do Estado.

RIA Novosti/Wikipedia

Soldados soviéticos durante a Batalha de Stalingrado, em 1943



Rigorous com a explicação e diferenciação dos processos, Mandel apresenta seu conceito de centralização do capital:

Centralização do capital implica poder dirigente central, ou *centralização do controle dos meios de produção*— em outras palavras, a propriedade privada centralizada. Nesse contexto não é importante saber se as ações se distribuem internacionalmente entre acionistas pequenos ou grandes, pois um dos traços notórios das empresas capitalistas de sociedade anônima, e de capital monopolista como um todo, é que a posse de uma grande quantidade de capital no seio de uma sociedade anônima de vulto permite o controle sobre quantidades ainda maiores de capital. A centralização internacional do capital significa, portanto, controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais (MANDEL 1982, p. 227, grifos originais).

Por sua vez, a centralização internacional do capital pode assumir duas formas: na primeira, grandes empresas de diferentes proprietários nacionais passam a ser controladas por uma única classe, de um único país; na segunda, grandes empresas de diferentes proprietários nacionais se juntam em uma companhia internacional, sem que o controle seja detido por apenas uma classe de um determinado país.

O autor prossegue e distingue quatro processos de internacionalização do capital:

- 1) internacionalização da realização da mais-valia, que é a venda de mercadorias (comércio internacional, exportações);
- 2) internacionalização da produção de mais-valia (sucursais sob controle direto da matriz, associações, empresas fundadas por companhias estrangeiras em países no exterior, grandes monopólios com os quais empresas estrangeiras se juntam);
- 3) internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho (mobilidade internacional da força de trabalho);
- 4) internacionalização do controle do capital, a verdadeira internacionalização do capital, que consiste em transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros; em outras palavras, alteração internacional da propriedade do capital (que não é necessariamente congruente com 1, 2 e 3) (MANDEL, 1982, p. 228-229).

Diferentemente da fase clássica, na qual a formação dos monopólios (centralização do capital) era um fenômeno restrito ao espaço nacional e eles se desfaziam com o tempo devido às crises, recessões, guerras e novas correlações de força entre os Estados imperialistas, no capitalismo tardio tal formação se dá em âmbito internacional, concentra-se nas metrópoles imperialistas — Estados Unidos e Europa⁵ — e se realiza em setores de maior conteúdo tecnológico. A centralização internacional corresponde, portanto, a um poder dirigente central que controla os meios de produção.

Segundo Mandel (1982), existem três tipos de relação entre o Estado capitalista (tardio) e a centralização internacional do capital. São eles:

- a) centralização acompanhada da expansão internacional de poder de um único Estado, que corresponde à primeira forma de internacionalização do capital mencionada acima: quando uma classe nacional de capitalistas exerce controle decisivo

⁵ É importante advertir que a formação de empresas multinacionais europeias e de um Estado supranacional europeu aparece na teoria de Mandel como esboço, como um processo em estágio embrionário.

sobre os aparatos internacionais de produção e os capitalistas estrangeiros participam como sócios minoritários. Nesse caso, o poder internacional de um único Estado imperialista corresponde à supremacia internacional de um grupo nacional de proprietários de capital em âmbito global;

b) centralização acompanhada da redução de poder de um conjunto de Estados capitalistas nacionais e do surgimento de um novo poder estatal federal, um Estado capitalista supranacional. Esse tipo corresponde à segunda forma de internacionalização do capital mencionada acima, na qual ocorre a fusão internacional do capital sem o domínio de um grupo capitalista nacional específico (a empresa multinacional);

c) indiferença relativa do capital para com o Estado, que tende a ser um processo transitório entre os dois tipos anteriores. Neste, as empresas internacionalizam suas atividades a tal ponto e em tantos países que se tornam indiferentes à conjuntura política e econômica de seu país de origem.

Assim, três modelos de sistema político imperialista entre as metrópoles advêm desses três tipos de relação entre a centralização internacional do capital e o Estado capitalista tardio: o superimperialismo, o ultraimperialismo e as rivalidades interimperialistas contínuas. No superimperialismo — o modelo de Magdoff, segundo o próprio Mandel (1982, p. 233) —, um único poder imperialista exerce hegemonia e os outros Estados imperialistas perdem a independência real, tornando-se pequenos poderes semicoloniais. Em longo prazo, esse processo se apoia tanto na supremacia militar quanto na propriedade e controle da produção e da concentração de capital. No ultraimperialismo, a fusão internacional do capital é tamanha que desaparecem todas as diferenças entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de distintas nacionalidades. Os processos de acumulação de capital se espalham de forma equitativa por todo o mundo, ignorando as conjunturas e instituições políticas de modo a criar um grande mercado mundial, cuja dinâmica seria a livre concorrência entre grandes empresas, libertas de seus Estados nacionais. A tendência é que surja um Estado mundial supranacional, que defenda os interesses de todos os proprietários de capital contra ameaças de crise econômica, revoltas, revoluções etc. Na concorrência interimperialista contínua, a fusão do capital se dá em nível continental, formando um pequeno conjunto de superpoderes imperialistas que rivalizam entre si. A concorrência intercontinental então se intensifica e as rivalidades imperialistas continuam, porém não mais entre unidades nacionais, mas sim entre tais superpoderes: o imperialismo estadunidense (que controla Canadá e Austrália), o menos poderoso imperialismo japonês (que controla parte da Ásia) e o imperialismo europeu ocidental. Nesse modelo a probabilidade de guerras mundiais como as da primeira metade do século XX é baixa, prevalecendo as rivalidades econômicas, o que não exclui guerras imperialistas por procuração, guerras coloniais de pilhagem, guerras antirrevolucionárias e contra a libertação nacional e uma guerra nuclear contra o bloco socialista.

Sendo assim, o ponto central da economia política internacional para Mandel é avanço do imperialismo estadunidense sobre outras formações sociais centrais e a reação europeia, de modo a rivalizar com os EUA, seguindo a tendência à formação de empresas multinacionais europeias e de um Estado supranacional europeu (Comunidade Econômica Europeia — CEE —, que dará origem à União Europeia mais tarde). Ou seja, a tendência

no Velho Continente seria em direção ao que ele classificou de segundo tipo ou tipo B de relação, entre o Estado capitalista e a centralização internacional do capital, como descrito acima. Acerca dos modelos de sistema político imperialista entre as metrópoles, para o autor predomina como dinâmica das relações internacionais a continuidade das rivalidades imperialistas (repaginadas, pois o agente imperialista europeu no pós-II Guerra seria um conglomerado de Estados, não um único Estado). A ingerência do capital estadunidense dentro das fronteiras da CEE representa um meio pelo qual parte do mercado europeu é tirada do capital europeu. É um processo de intensificação da competição capitalista internacional, que leva ao domínio de empresas dos EUA na Europa, resultando em uma subordinação do capital europeu. Diante disso, o aparecimento do Estado supranacional será decisivo e um ganho de fato para os grupos e líderes da burguesia da Europa Ocidental, inclusive se tornando o mais eficiente instrumento antirrecessão. Assim, para Mandel (1982), tanto as organizações patronais quanto as autoridades da CEE reconhecem e desejam a interpenetração dos capitais e a formação de empresas monopolistas europeias, pois entendem que só uma burguesia europeia unificada pode fazer frente aos EUA (e não o nacionalismo individual, como o de De Gaulle). A contradição entre os interesses dos grandes capitais nacionais encontra resolução no fator Estado, dado que a tendência da interpenetração de capitais faz do Estado nacional um instrumento ineficaz, e é preciso encontrar uma nova forma de Estado que corresponda à nova realidade socioeconômica: instituições europeias supranacionais.

Um capital europeu exigiria um Estado burguês europeu como sendo o instrumento mais apto para promover e lhe garantir os lucros, assim como para defendê-lo contra todos os seus adversários (MANDEL, 1967, p. 29). Grandes empresas europeias pressionam pela consolidação da CEE: para sair da zona de livre comércio em direção à integração econômica e concorrer com êxito contra os EUA, caso contrário presenciariam a alienação de suas empresas (a primeira forma de centralização internacional descrita acima) e/ou um retrocesso para o nacionalismo econômico/protecionismo aduaneiro. O futuro das instituições supranacionais depende em última análise do nível que tiver atingido o processo da interpenetração internacional do capital. Uma federação capitalista europeia só poderia nascer do fenômeno dos monopólios internacionais. Contudo, Mandel avalia que esse processo europeu ainda é um esboço, ainda não se ultrapassou a fase do grande capital nacional e do Estado nacional. Independentemente da fase, as rivalidades entre as metrópoles ainda se verificam. É, portanto, na Europa e na América do Norte que se trava a luta decisiva entre os grandes monopólios e as potências imperialistas.

4. NICOS POULANTZAS, IMPERIALISMO E FRAÇÕES BURGUESAS

Segundo Poulantzas⁶ (1974; 1976; 1978), a ascensão do movimento terceiro-mundista produziu efeitos sobre as teorias do imperialismo, que acabaram se concentrando na análise das relações entre centro e periferia, de questões ligadas ao desenvolvimento desigual e da dominação entre esses países. Por isso, ele julgou importante refletir sobre os conflitos

⁶ O grego Nicos Poulantzas se radicou na França na década de 1960, onde entrou em contato com o grupo intelectual do filósofo Louis Althusser. Sob essa influência em parte de sua trajetória política e acadêmica, reinterpretou de maneira sofisticada clássicos do marxismo — Marx, Engels, Lênin, Gramsci — e promoveu assim avanços na teoria marxista da política, especialmente na teoria do Estado capitalista.



'PROGRESS'

No cartoon, associado à noção de “progresso”, de autoria de Polyp, publicada em <https://polyp.org.uk>, o colonizador europeu declara: “Eu reivindico esta terra em nome de Sua Majestade”. “Eu promovo ajustes estruturais nesta terra em nome do crescimento econômico”, anuncia, por sua vez, o representante do FMI

tos interimperialistas, isto é, as relações entre as metrópoles imperialistas na atual fase do imperialismo e suas implicações para a estratégia revolucionária. Especificamente em sua teoria marxista do Estado⁷, indaga como as relações entre os Estados imperialistas afetam o aparelho do Estado capitalista.

Poulantzas (1978) lembra que há três posições sobre isso: 1) as posições à *la* Kautsky, como a de Magdoff, em que todos os Estados capitalistas e suas respectivas burguesias estão subordinados ao superimperialismo estadunidense; 2) as posições como a de Mandel, sobre as rivalidades imperialistas entre unidades autônomas e independentes; 3) e a sua própria posição, segundo a qual houve uma modificação da cadeia imperialista que produziu efeito nas relações entre as metrópoles e, em particular, nos Estados e na burguesia. A crítica a Mandel e a outros é que, para estes, a atual fase do imperialismo não é marcada por uma mudança na estrutura das relações entre as metrópoles imperialistas: os conflitos interim-

⁷ Para Poulantzas (1977), o Estado capitalista, núcleo da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista, conceitualmente é um sistema articulado de quatro elementos: o direito burguês (ou capitalista), o burocratismo, o efeito isolamento e o efeito unidade de representação. Essa estrutura político-jurídica produz efeitos político-ideológicos nos agentes da produção: o efeito isolamento e o efeito representação da unidade. Os valores jurídicos capitalistas se conjugam com a estrutura econômica (a qual atomiza o coletivo dos produtores diretos), produzindo o efeito isolamento ou individualização. Este consiste na reprodução regular das relações de produção capitalista, por: a) suscitar a prática econômica de buscar por vontade própria (e não por coerção extraeconômica) a venda individualizada da força de trabalho a um proprietário individual dos meios de produção; b) impedir a emergência de uma prática política mediante a qual os trabalhadores se posicionassem de forma coletiva diante do proprietário dos meios de produção. Os valores burocráticos, ao converter os agentes encarregados de regularas práticas econômicas e relações sociais por eles condicionados e enquadrá-los numa burocracia “universalista” e “competente”, permitem que tal grupo unifique ideologicamente todos os agentes, já individualizados pelo efeito isolamento, por meio da constituição de uma comunidade simbólica: o “povo-nação”, composto por todos os agentes da produção inseridos num determinado território. Esse processo, articulado ao efeito isolamento, é qualificado como o efeito de representação da unidade. O qual contribui para a reprodução das relações de produção capitalistas na medida em que frustra a constituição de grupos sociais antagonísticos (classes sociais), ao reuni-los no “povo-nação”, representado num Estado de suposto acesso universal, o Estado-nação.

perialistas entre os países do centro têm o mesmo significado no momento atual como no passado (na fase clássica do imperialismo, sobre a qual escreveu Lênin), e são observados em um contexto de Estados autônomos e independentes, orientados por suas burguesias nacionais, lutando pela supremacia. Em particular, na visão de Mandel a ampliação da CEE é considerada uma cooperação e uma internacionalização dos capitais europeus de diferentes países, o que leva a um Estado supranacional europeu, para a eliminação da supremacia do capital estadunidense.

Poulantzas (1978) se diferencia das posições de Magdoff e Mandel e explica a mudança na estrutura das relações entre as metrópoles imperialistas. Considera que o modo de produção capitalista apresenta uma dupla tendência, isto é: tornar-se dominante no seio da formação social nacional e se expandir para o exterior. Sob o domínio do capital monopolista, e em função da queda da taxa de lucro, tal expansão se acentua através da exportação de capitais. Esse é o fenômeno do imperialismo, que ocorre nos países centrais do capitalismo, os quais tendem a dominar e explorar o resto do mundo. Além dessa consideração, Poulantzas indica que o imperialismo é marcado por fases que correspondem às diferentes formas de dominação e dependência. São elas: 1) final do século XIX até o entreguerras — transição do capitalismo competitivo para o imperialismo monopolista; 2) a fase de consolidação; 3) a atual fase, que se estabeleceu após o fim da II Guerra Mundial e que é objeto de sua reflexão. O ponto de destaque aqui é que a dominação imperialista não se dá mais “pelo exterior”, mas de forma induzida e interiorizada. O capital estrangeiro imperialista é reproduzido no seio das formações sociais nacionais, projetando-se e agindo econômica, política e ideologicamente.

Existe então nessa fase uma nova linha de demarcação de campo entre as metrópoles imperialistas. Os EUA de um lado, e de outro as outras metrópoles, em particular a Europa, estabelecem uma relação em que o capital monopolista estadunidense exerce dominação no interior dessas metrópoles. É essa reprodução induzida e interiorizada do capital estrangeiro originário dos EUA nos países europeus que caracteriza a fase atual (pós-II Guerra Mundial) e que implica também a reprodução estendida, dentro deles, do desenvolvimento do imperialismo estadunidense.

A ingerência de capital advindo do exterior em uma formação social nacional tem o objetivo de aumentar a taxa de exploração, de modo a neutralizar a tendência à queda na taxa de lucro. Ademais, tal ingerência não significa uma forma de associação, mas sim uma relação de força. Uma relação de força entre as diferentes frações da classe dominante dos Estados capitalistas centrais. Essa é a mudança estrutural para Poulantzas: o surgimento de um novo fracionamento da burguesia diante das relações internacionais, que não consiste mais na velha dicotomia burguesia estrangeira *versus* burguesia nacional.

Sendo assim, Poulantzas (1976; 1978) verifica que nas relações entre os Estados centrais um novo tipo de fracionamento da classe dominante se constitui, com destaque para o que ele denomina burguesia interna, que não se confunde nem com a fração da burguesia compradora (ou associada) nem com a fração da burguesia nacional. A burguesia compradora é a fração cujos interesses estão diretamente subordinados aos do capital estrangeiro e que serve de intermediária direta para a implantação e reprodução do capital estrangeiro no interior de uma formação social. As ingerências do capital externo “só podem, em geral, exercer um papel decisivo nos diversos países dependentes [...] articulando-se, nesses países, às relações de força internas” (POULANTZAS, 1976, p. 20, grifos originais). Essa fração não tem base de acumulação própria e geralmente tem sua atividade ligada ao latifúndio e à



No *outdoor*, que alude ao Plano Colômbia — acordo militar firmado com os EUA —, lê-se: “Os gringos fornecem as armas, a Colômbia fornece os mortos”

especulação, concentrada em setores financeiros, bancários e comerciais, mas igualmente podendo atuar nos ramos industriais, naqueles inteiramente subordinados e dependentes ao capital estrangeiro. Do ponto de vista político-ideológico, é suporte e agente do capital imperialista. A burguesia nacional é uma fração autóctone, que possui base de acumulação própria no interior da formação social e apresenta autonomia político-ideológica perante o capital imperialista. Em determinadas conjunturas, em aliança com as classes dominadas, essa fração pode adotar uma postura anti-imperialista ou se envolver em uma luta de libertação nacional. A burguesia interna ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, apresentando contradições com o capital estrangeiro. Possui base de acumulação própria, tentando assim limitar a presença do capital estrangeiro no mercado interno, porém, ao mesmo tempo, é dependente desse capital em áreas como investimento e tecnologia:

A burguesia interna, ao contrário, mesmo sendo dependente do capital estrangeiro, apresenta contradições em relação a este. Em primeiro lugar porque se sente frustrada na repartição do bolo da exploração das massas: a transferência leonina da mais-valia se faz em detrimento dela e a favor do capital estrangeiro e respectivos agentes, a burguesia compradora [...]. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitiria desenvolver a exportação (POULANTZAS, 1976, p. 36-37).

É precisamente levando em conta as formas de aliança existentes, e as contradições, entre as frações burguesas nos países centrais que é possível abordar a questão dos Estados nacionais. Para Poulantzas (1978), escrevendo na década de 1970, a internacionalização do

capital não suprime nem abrevia os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais sob os Estados, com todos os processos de internacionalização trabalhando sob o domínio de um país determinado, nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano, como se o capital estadunidense pura e simplesmente engolisse as outras burguesias imperialistas. Os próprios Estados assumem a responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido dentro da formação nacional em sua complexa interiorização. A forma atualmente dominante de contradição interimperialista não é aquela entre o capital internacional e o capital nacional, nem entre as burguesias imperialistas entendidas como entidades justapostas. Em outras palavras, as contradições do capital autóctone são, por mediações complexas, extrapoladas pelo capital estadunidense, que estabelece conflitos ou alianças com as frações da classe dominante. Em seu papel de promotor da hegemonia no bloco no poder, portanto, o Estado nacional intervém em um campo interior já atravessado por contradições interimperialistas e no qual as contradições entre as frações dominantes em sua formação social já são internacionalizadas. Assim, as intervenções do Estado em favor de certos grandes monopólios estrangeiros e contra outros, em favor de grandes monopólios nacionais ou até setores médios do capital e contra outros, são expressão da luta de classes no interior das burguesias dos Estados centrais do capitalismo. De fato, se as burguesias europeias não cooperam entre si ou não se isolam diante do capital americano, é devido aos efeitos tendenciais sobre elas da nova estrutura de dependência em relação ao capital estadunidense. Essa nova relação, portanto, funciona por meio da interiorização do capital dos EUA e da luta para combatê-lo ou se aliar a ele. Não é o surgimento de um novo Estado sobre os países europeus que essas nações estão testemunhando, mas sim fracionamentos na classe dominante subjacente aos Estados nacionais existentes. Ou seja, o fenômeno do imperialismo, os conflitos e as alianças entre as potências capitalistas e a supremacia mundial política e econômica dos EUA estão ligados a tais fracionamentos e às lutas das frações burguesas em âmbito nacional e internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Magdoff, Mandel e Poulantzas foram autores pouco revisitados pelos manuais e estudos da teoria marxista do imperialismo, no entanto trouxeram uma rica polêmica e contribuição para esses estudos. Especialmente para pensar o domínio dos EUA e o papel dos Estados europeus, da integração europeia e das organizações internacionais.

O debate entre eles parte da monopolização do capital e da internacionalização produtiva e chega a diferentes posições sobre as consequências desses elementos para a preservação das metrópoles imperialistas ou a manutenção da rivalidade entre elas. Os três autores apresentados concordam que há uma superioridade ou domínio dos Estados Unidos na atual fase; constatam que há uma concentração dos fluxos de investimentos entre Estados Unidos e Europa e sustentam que o processo de internacionalização produtiva está ligado à monopolização e centralização do capital. Mas eles acabam divergindo sobre a relação entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia.

No que tange ao debate inaugural acerca da teoria do imperialismo, podemos dizer que Mandel e Poulantzas, a seus modos, retificaram a tese leninista de defesa da permanência de conflitos entre os Estados imperialistas, enquanto Magdoff, em uma perspectiva parecida com a de Kautsky, defendeu a constituição de uma aliança ultraimperialista, que

Essas divergências no interior da teoria marxista do imperialismo mostram a pluralidade existente não apenas entre os clássicos, mas entre os autores e autoras que se propuseram a discorrer sobre a teoria do imperialismo e atualizá-la. A unidade entre eles é o materialismo histórico, a ideia de luta de classes, de disputa ou aliança entre Estados e de revolução, uma problemática que ainda busca espaço na área de Relações Internacionais

eliminar as possibilidades de conflitos entre os Estados imperialistas. Essas divergências estiveram ligadas à percepção acerca do domínio dos EUA e da capacidade de reação ou não dos Estados europeus e do papel da Comunidade Econômica Europeia.

Magdoff acaba se aproximando de uma concepção de hegemonia, semelhante à tese do ultraimperialismo, uma vez que há, para ele, um sistema mundial de poder que consiste em um amálgama das classes dominantes dos países dependentes com as forças estrangeiras, moldando a estrutura política, econômica e social da dependência. Ele também defende a ideia de que o imperialismo estadunidense é incontestemente militar e politicamente, o que implica a ideia de fim dos conflitos interimperialistas. Isto é: não há rivalidade entre Estados Unidos e Estados europeus ou Comunidade Econômica Europeia. Nesse sentido, ele chama atenção também para o papel do dólar na garantia da supremacia estadunidense e incorpora elementos importantes para pensar a dominação político-ideológica e cultural, como o papel do cinema e da cooperação internacional. Para ele, a rede imperialista pressupõe não apenas a unidade entre as burguesias imperialistas em nome da reprodução do capital, mas constitui uma aliança política contrarrevolucionária que visa conter os processos de libertação nacional e se posicionar contra a URSS.

Já Mandel afirmava que a tendência à internacionalização do controle de capital (formação de monopólios transnacionais) teria alterado a relação entre Estado nacional e capital internacionalizado. Sobretudo na Europa teria sido aberto um processo de formação de um Estado supranacional que teria regulado e apoiado a fusão de capitais nacionais diante da concorrência com monopólios estadunidenses. Tratar-se-ia da tendência à formação de um Estado federal supranacional, ou Estado burguês supranacional, da qual a CEE (Comunidade Econômica Europeia) seria um grande exemplo. Nesse ponto, estão relacionadas à interna-

cionalização produtiva e a internacionalização do Estado, no sentido de que o Estado assume diferentes formas/tipologias a partir da demanda do capital e a elas se adapta. Essa posição parece ter como influência uma concepção instrumentalista de Estado, e/ou derivacionista⁸.

Poulantzas, por seu turno, trouxe uma inovação teórica ao sustentar a ideia da existência de uma cadeia imperialista e da relação de dependência e de conflito entre os Estados imperialistas. Nesse sentido, as lutas revolucionárias poderiam se dar em torno da estratégia anti-imperialista na Europa e nas demais formações sociais periféricas. A ideia de cadeia imperialista permite pensar que a relação entre Estados Unidos e Europa se dá sob o domínio daqueles, sem que se forme uma aliança permanente entre os Estados. São elos de dependência que se formam a partir da internacionalização produtiva, mas que não eliminam os conflitos entre as classes e frações de classe e, especialmente, entre Estados. O que acontece é a formação de uma nova fração de classe, a burguesia interna, que guarda relações específicas com o capital externo e a formação social nacional. Mas Poulantzas acabou não refletindo sobre a política expansionista e o poder militar dos Estados Unidos, que tiveram destaque em Magdoff e Mandel.

Em suma, a relação entre Estados Unidos e Europa, à luz da internacionalização da produção e do domínio internacional dos primeiros, foi tratada da seguinte maneira: domínio incontestado dos EUA, para Magdoff; possibilidade de competição a partir da formação de conglomerados europeus e da futura formação de um Estado supranacional, para Mandel; e cadeia imperialista, criando novos laços de dependência e de conflitos, para Poulantzas. Essas divergências no interior da teoria marxista do imperialismo mostram a pluralidade existente não apenas entre os clássicos, mas entre os autores e autoras que se propuseram a discorrer sobre a teoria do imperialismo e atualizá-la. A unidade entre eles é o materialismo histórico, a ideia de luta de classes, de disputa ou aliança entre Estados e de revolução, uma problemática que ainda busca espaço na área de Relações Internacionais.

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenador do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos Marxistas sobre o Internacional. Membro da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo (Rima).

** Doutora em Ciência Política pela Unicamp. Professora de Relações Internacionais da UFABC e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e em Economia Política Mundial da UFABC. Membro da Rima.

8 A escola derivacionista alemã, da qual Joachim Hirsch é um dos principais expoentes, busca extrair das categorias da economia política apresentadas por Marx, sobretudo n' *O Capital*, o entendimento das instituições políticas do modo de produção capitalista, particularmente o Estado. Para os autores e autoras derivacionistas, o Estado capitalista está intimamente integrado às relações de produção e distribuição capitalista, de maneira que se posiciona como defensor e reproduzidor fundamental daquelas. Logo, o Estado é derivado do modo de produção, em uma relação indissolúvel na qual a forma estatal corresponde a sua função econômica. Ainda que não explicitamente, Mandel (1982) parece concordar com essa teoria ao tratar do Estado no capitalismo tardio.

► Texto recebido em 15 de novembro de 2022; aprovado em 6 de fevereiro de 2023

- BARONE, Charles A. **Marxist thought on imperialism**: survey and critique. Hampshire: M. E. Sharpe, 1985.
- BREWER, Anthony. **Marxists theories of imperialism**: a critical survey. 2. ed. London: Routledge, 1990.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).
- BUGIATO, Caio. Kautsky e Lênin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Novos Rumos**, v. 54, n. 2, 2017.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio Janeiro: Record, 2001.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **Revista História e Luta de Classes**, v. 5, 2008.
- KIELY, Ray. Globalização e imperialismo. In: SAAD FILHO, Alfredo; FINE, Ben (Org.). **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 307-314.
- LÊNIN, Vladímir. El imperialismo: etapa superior del capitalismo. In: _____. **Obras selectas**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013. v. 1, p. 479-574.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.
- _____. **Imperialismo**: da era colonial ao presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MANDEL, Ernest. **Europe vs. America**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. International capitalism and "supra-nationality". **Socialist Register**, v. 4, p. 27-41, 1967.
- _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- NOONAN, Murray. **Marxist theories of imperialism**: a history. London; New York: I. B. Tauris, 2017.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. **Estado, imperialismo e relações internacionais**. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia e Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Internationalization of capitalist relations and the Nation-State. **Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 145-79, 1974.
- _____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.